

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — O requerimento lido será publicado e incluído, oportunamente, na Ordem do Dia, nos termos regimentais.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — Passa-se à votação do Requerimento nº 17, de 1988, de autoria do nobre Senador Carlos Alberto e outros 35 Senadores, solicitando a realização de sessão especial do Senado para homenagear o Sr. Senor Abravanel, Sílvio Santos.

O Sr. Carlos Alberto — Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — Concedo a palavra ao nobre Senador Carlos Alberto, para encaminhar a votação.

O SR. CARLOS ALBERTO (PTB — RN. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Esta Casa já teve a oportunidade de prestar significativas homenagens a homens de comunicação. Já tivemos a oportunidade de aqui prestar homenagens ao Sr. Roberto Marinho, bem como ao Dr. Adolpho Bloch, Diretor-Presidente da Rede Manchete de Televisão.

Distante das homenagens e distante desta Casa, o Sr. Senor Abravanel, muito conhecido do povo brasileiro como Sílvio Santos, começou a sua vida como camelo; como apresentador e, com muita dedicação ao trabalho, chegou a conquistar uma rede de televisão, hoje segunda maior rede do País.

Sílvio Santos sempre teve contra si o preconceito de uma sociedade. Alguns segmentos da nossa sociedade cultivaram um preconceito, que considero um preconceito besta, porque Sílvio Santos, acima de tudo, com seu talento, com a sua capacidade, com a sua inteligência, obteve um grande êxito como homem de comunicação, e, acima de tudo, conseguiu ser um empresário vitorioso.

Por tanto, Sr. Presidente, acho a homenagem mais justa que esta Casa pode prestar, e vai prestar à Sílvio Santos, que aqui estará para receber as homenagens do Senado Federal. Com esta decisão, na verdade, estaremos fazendo justiça ao maior comunicador deste País.

Peço aos Srs. Senadores que aprovelem este nosso requerimento, que conta, ainda, com a assinatura de 35 Srs. Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — Em votação o requerimento.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A Presidência fará cumprir a deliberação do Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — Há oradores inscritos.

Concedo a palavra ao nobre Senador Luiz Viana, por delegação da Liderança do PMDB.

O SR. LUIZ VIANA (PMDB — BA. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Para tranquilizar os impacientes, começarei invocando palavras de Rui, na Constituinte de 1891,

também ele pondo acima dos discursos o término dos trabalhos da grande Assembléia:

"O interesse supremo da Pátria — dizia então o incomparável autor da Constituição republicana — agora, não está em conquistar, após lucubrações prolongadas e desanimadoras, uma constituição irreparável, virginalmente pura, idealmente libada, que sorria a todas as escolas e conciliasse todas as divergências, mas dar ao País imediatamente uma Constituição sensata, sólida, praticável, política nos seus próprios defeitos, evolutiva nas suas insuficiências naturais, humana nas suas contradições inevitáveis."

E se nos cabe criar uma Constituição sensata, sólida, praticável, política nos seus próprios defeitos, é evidente — e isso nos mostra a própria História do Brasil — devemos implantar o parlamentarismo, certamente a forma mais evoluída e democrática de governo. Para o Brasil não se trata de uma experiência, mas apenas a volta a um sistema de governo que ao longo de mais de meio século propiciou a tranqüila evolução da vida nacional, bem como superar-se, sem o recurso aos regimes de força ou de exceção, todas as crises que agitaram a vida do império, a começar pelas lutas da Regência, entre as quais se inscreve um decênio da Revolução Farroupilha, e as revoluções separatistas, que antecederam à consolidação da Independência e da unidade nacional. Tivemos de enfrentar o tráfico negreiro, e, depois dele, a custosa guerra do Paraguai. Do mesmo modo que realizamos pacificamente a Abolição dos Escravos.

E tudo isso foi possível sem prejuízo para as liberdades públicas. Jamais o Parlamento deixou de funcionar, e jamais o País assistiu à implantação de um regime em que se houvesse trocado a força do voto pela força das armas. E por que foi tudo isso possível, senão graças ao parlamentarismo, a um sistema de governo flexível, capaz de se adaptar aos reclamos e às circunstâncias de cada dia? Manteve-se a ordem sem esmagar a liberdade, conservando-se a continuidade administrativa nos momentos de transição política. Longe de serem traumáticas, as mudanças de Ministério foram sempre um aceno de esperança. E assim mais de cinquenta anos se passaram com a preservação da democracia e da liberdade.

Se confrontarmos esse longo período da vida brasileira, com o que nos trouxe o presidencialismo, implantado com a República, somente os cegos ou aqueles que realmente não queiram ver não reconhecerão os males que daí por diante se derramaram sobre o País. Deles, a primeira vítima seria o próprio Deodoro, Proclamador da República, apeado do Governo por Floriano Peixoto, cujo período significou a supressão do direito e da liberdade. Prudente de Moraes, o austero Presidente da Constituinte de 91, teria o seu período de governo amargurado pela Revolução Federalista, instalada no Rio Grande do Sul, e o assassinato do seu Ministro da Guerra. E Campos Sales? Campos Sales, que salvara as finanças da República, ao concluir a sua administração, partiu para São Paulo sob as vaias da população. Rodrigues Alves, o grande Presidente, esteve a pique de ser deposto pela revolta da vacina obrigatória.

É uma seqüência de agitações a sacudirem e atrofiarem a vida republicana. É possível perguntar-se qual a parte que em tais inquietações teve

o presidencialismo. De fato, é ele a fonte, a base de todas essas turbulências políticas, pela simples razão de que diante das dificuldades, das crises, das mudanças da opinião pública, não oferece qualquer alternativa, qualquer válvula capaz de atenuar as pressões, permitindo buscar-se alguma solução, que não seja a interrupção da ordem institucional. Aos maus ou mediocres presidentes não há senão que aturá-los até que se lhes esgote o mandato. Ao contrário do que ocorre com os Gabinetes, no regime parlamentar, não há como contornar e atender um clamor de opinião. Há que quebrar, ou conviver até o fim de um mandato com algo insuportável, e cuja consequência é a insatisfação, se não a continuada e maléfica inquietação nacional.

Nesse breve panorama nos primórdios da República, havia-me detido em Rodrigues Alves. Não há por que não retomarmos o fio da meada. Quem não se lembrará, ou saberá, o que foi o Governo de Epitácio Pessoa, tido por João Mangabeira como a maior cultura que passou pela suprema magistratura do País. Não lhe valeram nem a experiência, nem as virtudes do homem público, pois estas não conseguem superar males inerentes ao sistema presidencial. E 1922 se assinalou no calendário republicano pela Revolta do Forte de Copacabana, cujas areias foram regadas pelo sangue dos heróis do primeiro 5 de julho. E seriam necessários apenas dois anos para que, já sob o governo de Artur Bernardes, fosse a cidade de São Paulo, dominada pela Revolução de 1924, ante-sala do movimento de 1930. Diria Agamenon Magalhães, meu colega em 1946, e cujo nome evoco com saudade e admiração, que, sob o nosso presidencialismo, quando Minas e São Paulo se entendiam, eram as atas falsas, quando se separavam, era a revolução.

O ano de 1930 não lograria, porém, deter esse chorrilho de agitações. De 1932 é a Revolução Constitucionalista de São Paulo. E de 1935 é a Revolução Comunista. Não demoraria para que, em 1938, chegasse a vez dos integralistas tentarem assaltar o poder. O presidencialismo, tal como as ditaduras, parece atrair os movimentos de força. E duas vezes, em 1945 e 1954, as armas tirariam Getúlio Vargas do governo, do qual saiu tão tragicamente. Não pensemos podermos ser longos os períodos de paz sob o presidencialismo. Juscelino Kubitschek, mal chegado à Presidência, seria surpreendido por Jacareacanga. E já em 1961, a renúncia do Presidente Jânio abria as portas para nova fase de inquietação, que culminaria com a Revolução de 1964.

Diante dos sucessivos malogros da ordem constitucional, e a exemplo de tantos outros descendentes do presidencialismo, converti-me ao parlamentarismo. Realmente, não fomos poucos os que, havendo optado pelo sistema presidencialista, em 1946, acabamos convencidos da impossibilidade da liberdade e da democracia conviverem, no Brasil, com o presidencialismo. Desejo lembrar uma personalidade, que será sempre motivo de orgulho para o Parlamento — refiro-me a Aliomar Baleeiro, um dos cirineus do Deputado Raul Pilla, na defesa das sucessivas emendas parlamentaristas apresentadas a partir de 1954. Depois de haver sido um dos propugnadores do presidencialismo, Aliomar Baleeiro declararia na Câmara dos Deputados, em 1958, que de todos os erros que cometera "o pior de todos foi o

de ter votado o regime presidencialista." Esta é a chaga da República, e Bateiro diria preferir que lhe cortassem a mão a obrigá-lo novamente a adotar o presidencialismo. Sobretudo para nós, que chegamos à Constituinte de 1946, após árduo e longo combate contra a ditadura do Estado Novo, a prática do regime presidencialista representou decepção sem limites. Como Quintino Bocaiuva, poderíamos dizer não ser essa a República dos nossos sonhos. Bem observou o ilustre jurista Paulo Bonavides que, no Brasil, o presidencialismo alimentara as crises e perpetuara as tragédias do poder. Tragedia da qual temos a expressão máxima no suicídio de Getúlio Vargas. Desgraçadamente, o presidencialismo, no Brasil, tem representado permanente contração da democracia, jamais a sua realização. É a consequência que nos graves momentos de crise não há como encontrar os caminhos institucionais para atender as esperanças do País, e das quais a grande aliança e o Parlamento.

Essa grande lição, na qual, certamente, se inspirarão os Constituintes de 1988. Espero que eles não tenham a desilusão, que tivemos nós, os Constituintes de 1946. Desilusões das quais têm emergido numerosos convertidos à boa causa do parlamentarismo, dentre os quais, em primeiro plano, sobressai o nosso eminente colega, o Senador Afonso Arinos, das maiores expressões da vida pública brasileira, e que ouvimos afirmar recentemente não ser mais possível a ilusão de que o sistema presidencial possa corresponder aos interesses e ao futuro do País. De fato, quem, de boa-fé, ainda poderia acreditar ser o presidencialismo, com todas as mazelas que lhe são inerentes, o sistema de governo conveniente ao Brasil? O tempo e a prática presidencial foram suficientes para lançar por terra as crenças de velhos presidencialistas. Desejo aqui evocar três filhos do Rio Grande do Sul, cuja formação intelectual se tem mostrado tão propícia ao presidencialismo. Pois aqui estão as palavras de três ilustres gaúchos, os Srs. Oswaldo Aranha, Leonel Brizola e João Neves da Fontoura. Oswaldo Aranha, arraigado presidencialista, em carta dirigida a Raul Pilla, em 1955, não teve dúvidas em reconhecer que ao Brasil não restava senão tomar o caminho do parlamentarismo, embora não soubesse se este nos daria um governo melhor. Aranha, confessando a sua formação castilhistas, reconheceu a oportunidade da reforma parlamentar: "Acredito, porém, — escreveu o ilustre homem público — que no momento essa reforma oferece oportunidade para melhor entendimento entre governantes e governados, maior equilíbrio entre direitos e deveres públicos e privados, e uma responsabilidade mais efetiva..." Que precisava dizer mais o castilhistas confesso? Ouçamos agora o Sr. Leonel Brizola, também originário dos arraiais castilhistas, e que, na Câmara dos Deputados, em aparte a Raul Pilla, diria sem meias palavras: "Nobre Deputado, o parlamentarismo já se faz mister. Não nos podemos mais aventurar nesse regime presidencial que, para mim, não passa de uma fantasma... O presidencialismo está enterrado, e temos agora um fantasma a nos atormentar, Sr. Deputado. O parlamentarismo é uma fórmula sã, capaz de operar a verdadeira união nacional." Serão porventura o Brasil de hoje e o presidencialismo de hoje diferentes do País e do regime que inspiraram o Sr. Brizola em 1955?

O Sr. Divaldo Suruagy — Senador Luiz Viana, V. Ex.^a me permite um aparte?

O SR. LUIZ VIANA — Com muito prazer

O Sr. Divaldo Suruagy — O discurso de V. Ex.^a tem o sabor de uma aula magistral de História do Brasil. Longe de mim a ideia de contra-argumentá-lo. Queria deixar apenas algumas dúvidas que dominam o meu espírito, para que V. Ex.^a, com a cultura privilegiada que possui e com o grande talento verbal de que é dotado, dirimisse essas minhas dúvidas.

O SR. LUIZ VIANA — Obrigado a V. Ex.^a

O Sr. Divaldo Suruagy — V. Ex.^a colocou o regime parlamentarista, no Império, como responsável pela grande estabilidade do País naquele momento. O que seria do Brasil ou o que seria do movimento parlamentarista se não existisse a figura mística do Imperador, coroada daquela aureola que ainda hoje se empresta aos membros da família real? Quando queremos fazer uma referência à lizeza do nosso Líder Senador Fernando Henrique Cardoso, dizemos que S. Ex.^a é um príncipe? Quando queremos exaltar o poder e a inteligência do nosso Líder Senador Carlos Chianelli, dizemos que S. Ex.^a é um fidalgo? São palavras que ainda têm um efeito mágico sobre a mente popular nos dias de hoje; imagine na época do Império, se não fosse a figura mística do Imperador. Além disso, de um processo profundamente elitizante, onde, para ser eleito, era necessário ter um nível de renda, para ser candidato a Conselheiro Municipal — hoje, Vereador — era necessário ter um nível de renda, para Deputado Estadual, Deputado Federal e o Senado era vitalício, como repouso de toda aquela estabilidade política, além do Poder Moderador que o Imperador possuía. Na época, V. Ex.^a sabe melhor do que todos nós, existiam quatro Poderes dentro do Estado. Mas, mesmo assim, tivemos a Guerra do Paraguai, tivemos a questão religiosa, a questão militar, tivemos a abolição da escravatura que levaria à queda do Império. A causa econômica da queda do Império foi a abolição da escravatura. Agora, poderíamos apontar, dentro do regime presidencialista — não estou contestando, mas apenas querendo que V. Ex.^a me corrija...

O SR. LUIZ VIANA — Agradeço a V. Ex.^a

O Sr. Divaldo Suruagy — ...a estabilidade, por exemplo, de Rodrigues Alves, que foi um grande Presidente que V. Ex.^a exaltou e que todos reconhecemos, ao ponto de ser reconduzido à Presidência da República; tivemos o grande salto do progresso do Governo Juscelino Kubitschek; tivemos a estabilidade no Governo Presidente Dutra. Claro que tivemos também uma estabilidade falsa da Primeira República, que é colocada como um modelo de democracia quando, na verdade, era o domínio da elite econômica de São Paulo e de Minas Gerais sobre as demais regiões do País, ao ponto dos seus críticos, jocosamente, denominarem República do café-com-leite. Então, acho que as crises institucionais do Brasil não estão, lamentavelmente, presas ao regime presidencialista ou ao regime parlamentarista. Embora em teoria eu bem saiba que o parlamentarismo é a forma ideal de governo, confesso que ainda não defini o meu voto.

Gostaria que V. Ex.^a, ao explicar as minhas interrogações, me motivasse a votar pelo parlamentarismo.

O SR. LUIZ VIANA — Espero fazer-lo

V. Ex.^a citou alguns exemplos. Naturalmente, o Império tinha a figura de Pedro II, mas, se V. Ex.^a olhar para as outras grandes democracias contemporâneas, verá que essa figura do Imperador, do Rei, não existe, e nem por isso as democracias parlamentaristas deixam de ter um grande êxito, como aconteceu na França, como aconteceu na Alemanha e como aconteceu na Itália. Não há por que admitirmos que isso também não venha a ocorrer no Brasil.

Quanto ao que V. Ex.^a citou, alguns casos de República, por exemplo, o caso de Rodrigues Alves, o grande Presidente. O presidencialismo foi tão cruel, que eu vou contar um pequeno episódio que me foi referido pelo jornalista José Eduardo Macedo Soares.

Rodrigues Alves havia perdido a partida da sucessão presidencial. Afonso Pena havia sido um candidato imposto a Rodrigues Alves. Com isso o Palácio do Catete ficou às moscas e, nos últimos meses de Rodrigues Alves, S. Ex.^a ficou solitário, sozinho, sem ninguém. Um dia chegou o Senador Antônio Lemos, do Para, uma grande figura, o transformador de Belém quando Prefeito e um Oficial de Gabinete levou o cartão do Senador ao Presidente que a estava, naquela corcêda sala dos fundos do Palácio do Catete, só. E Rodrigues Alves disse: "Pode mandá-lo entrar". Ao que disse o Oficial de Gabinete: "Não. Ele deixou o cartão e foi logo embora".

Se V. Ex.^a também se detiver no que foi a queda de Washington Luiz, que era um homem íntegro, um homem de bem, mas que caiu justamente porque o presidencialismo não oferecia nenhuma margem: o Presidente de Minas, Antônio Carlos, o Presidente do Rio Grande, a política do Brasil de 1930, que realmente queria mudar, não queria Júlio Prestes, mas não tinha como, verá que o regime era de tal maneira inflexível e autoritário, que o único remédio foi quebrar aquela ordem institucional. Isso em um regime parlamentar jamais teria existido; teria havido uma mudança de Ministério, uma mudança de Gabinete e a República teria continuado. V. Ex.^a verá que em todas as crises da República, nunca houve a possibilidade de se encontrar uma válvula, uma acomodação, porque os Presidentes, na realidade, por uma contingência, que é inerente ao regime, se tornam verdadeiros caudilhos, com todos os seus defeitos, com todos os seus maus hábitos e acabam levando então o País à intranquilidade.

O Sr. Roman Tito — Permite V. Ex.^a um aparte?

O SR. LUIZ VIANA — Ouço V. Ex.^a com muito prazer

O Sr. Roman Tito — Senador Luiz Viana, grande historiador, intelectual que honra esta Casa, V. Ex.^a, como disse muito bem o Senador Divaldo Suruagy, faz nesse momento uma remissão histórica do nosso País e das crises a que o presidencialismo tem levado de tempos a tempos. No meu entendimento, nobre Senador, uma das coisas que leva à crise dentro do presidencialismo é justamente que o Presidente, a um só tempo, enfeixa a representação do Estado e do Governo. Qualquer crise que possa surgir entre o Governo

e o Estado — e elas são freqüentes — uma terceira força é chamada a desempatar e, no Brasil, se chama o Exército quase sempre. O Exército acode, o Exército se precipita para desempatar essa crise. Dentro do parlamentarismo é criado um mecanismo para a absorção das crises que são naturais e são freqüentes em qualquer sociedade. Temos o Presidente que representa o Estado; temos o Primeiro-Ministro que representa o Gabinete e o Governo. A época do Império, a figura do Presidente era representada, evidentemente, pelo Imperador, e o Imperador era o Estado, era a figura do Estado. Por isso essa mística, que foi dito aí, possuía o nosso Imperador. Há pouco tempo alguns parlamentares franceses encontravam-se aqui no Plenário do Senado e estranharam que aqui no Senado se criticasse o Presidente da República, porque na França não se critica o Presidente. O Presidente é o retrato do Estado, a crítica se faz ao Governo. E quando explicamos para esses parlamentares que aqui, no Brasil, se enfoca na pessoa do Presidente da República a representação do Estado e, ao mesmo tempo, do Governo, foi que eles passaram a entender o porquê. Mas veja bem; há também a velha vontade que todos nós políticos conhecemos, de que o poder político corrompe e que... O presidencialismo que vivemos no Brasil nesses anos todos é o presidencialismo imperial, que tudo depende da figura do Presidente. Citam às vezes como experiência válida do presidencialismo, a dos Estados Unidos da América do Norte. Eu ousaria dizer que nos Estados Unidos da América do Norte não se vive o presidencialismo, lá é o "Judicialismo". E até exaltam muito, aqui, no Parlamento, que foi até motivo de uma reunião extraordinária, a Constituição norte-americana. Mas dizem os políticos americanos que a Suprema Corte legisla constitucionalmente todas as terças-feiras, e a Suprema Corte tudo pode. Um promotor do interior pode derrubar um Presidente da República. V. Ex^a compulsu as 15 economias, os 15 países mais civilizados, mais desenvolvidos, e encontrará apenas os Estados Unidos da América do Norte e o Brasil entre os países com o regime presidencialista. O regime parlamentarista, sem dúvida nenhuma, é a experiência mais avançada da democracia e por isso mesmo eu felicito V. Ex^a que, neste momento, dá uma aula, como disse muito bem o Senador Divaldo Suruagy, de História, mas também de bom senso. Por que não adotarmos uma posição mais moderna, se queremos nesse momento realmente entrar para a democracia no Brasil? Felicito V. Ex^a, parabenizando-o, e agradeço a oportunidade do aparte.

O SR. LUIZ VIANA — Agradecendo a V. Ex^a eu lembraria que em relação ao regime presidencial dos Estados Unidos, que evidentemente é uma exceção no mundo — é o único regime presidencial que já deu certo — mas, que na realidade, é um regime congressional, assim o chamou o Presidente Wilson, que era um grande jurista, um grande professor de Direito. Quer dizer é um regime presidencial, mas baseado no Congresso, na força do Congresso, como nós vemos: toda hora o Presidente vencido, o Presidente submetido à decisão do Congresso. Infelizmente, no Brasil isso ainda não aconteceu. Deus queira que algum dia aconteça.

Sr. Presidente e Srs. Senadores, citava eu as palavras do Dr. Leonel Brizola.

Passarei, agora, a João Neves da Fontoura, que também foi criado no leite do presidencialismo, correligionário que era de Borges de Medeiros. A conversão final de João Neves da Fontoura deu-se por ocasião do discurso do Prof. Hermes Lima na Câmara dos Deputados, e ele assim se dirigiu a Hermes Lima, em carta que existe na Fundação Getúlio Vargas e na qual ele dizia:

"Há um ponto novo em seu discurso. É o de mostrar que o Governo parlamentar é o mais adequado a permitir, por processos democráticos, a transformação da ordem social."

Não precisava dizer mais. Mas, para concluir essa relação de ilustres parlamentaristas do Rio Grande do Sul, quero lembrar o grande comandante da FEB nos campos da Itália, o Marechal Mascarenhas de Moraes. São dele estas palavras: "O Brasil Monárquico com a sua forma parlamentar, constituiu barreira contra o caudilhismo que assolava a América Latina, para dar, naquela época histórica, um ambiente propício à formação das nossas grandes figuras militares do Exército e da Marinha muitas das quais se contam entre os guias da nacionalidade". É a reiterada constatação de ser o parlamentarismo avesso ao caudilhismo.

Aliás, ao referir-me aos grandes convertidos, melhor diria, aos arrependidos, aqueles que têm buscado a estrada de Damasco, seria impossível omitir Rui Barbosa, que tantas vezes externou as decepções diante do presidencialismo, do qual foram dos responsáveis em 1891. Não faz muito que o eminente Ministro Paulo Brossard, em conferência proferida na Casa de Rui Barbosa, mostrou à sociedade os sofrimentos de Ruy sob o presidencialismo.

Fora quase uma surpresa a adoção do presidencialismo pela república, cuja propaganda, a começar pelo famoso manifesto de Quintino Bocaiuva, em 1870, se fizera na predica do parlamentarismo. Ruy não se cansou de bater no peito, num testemunho de arrependimento. Dele é essa súmula do presidencialismo: "os abusos, as preterições de direitos, os excessos de poder, contra os quais, em 1889, eu assentava baterias no **Diário de Notícias**, combatendo o Ministério João Alfredo e o Ministério Ouro Preto dariam que ir hoje aos mais severos catões republicanos". É que a prática presidencialista nos conduziu a virtuais ditaduras temporais. E dizia na campanha de 1919 o eminente representante da Bahia. "Com o Governo parlamentar as Câmaras Legislativas constituem uma escola. Como presidencialismo, uma praça de negócios". Ao que acrescentava, para tornar mais vivo o quadro dos malefícios do presidencialismo: "as forma do novo regime mataram a palavra: Deixaram o mecanismo das instituições legislativas, mas acastelando o governo em sistema cabal de irresponsabilidade". Bem se explica, pois, o ardor com que os beneficiários de todo o gênero, beneficiários de hoje e possíveis beneficiários de amanhã, se apegam às tetas generosas da irresponsabilidade governamental. A vontade governamental, para distribuição de benesses se coloca acima de tudo e de todos, pois não atende sequer às mais inequívocas manifestações da opinião pública, como

ocorreu em relação ao último pleito eleitoral, que, por mais eloqüente que haja sido, não fez mover um dedo do Governo. É como se nada houvesse acontecido no País. Que mais seria preciso para se compreender os motivos pelos quais se pretende impedir por todos os meios, inclusive os menos compatíveis com a dignidade parlamentar, seja o País iluminado pela luz do parlamentarismo?

O Sr. Chagas Rodrigues — (Permite-me V. Ex^a um aparte?)

O SR. LUIZ VIANA — Com muito prazer, nobre Senador Chagas Rodrigues.

O Sr. Chagas Rodrigues — Nobre Senador Luiz Viana, nós todos estamos encantados, mas não estamos surpresos com a bela oração de V. Ex^a. Tive a honra de ser colega de V. Ex^a e, em 1965, quando o grande Raul Pilla, de saudososa memória, desencantado, proferia seu discurso de despedida, na Câmara dos Deputados, tive a oportunidade dizer, prestando-lhe a minha homenagem, que ele iria deixar o Congresso, mas as gerações novas continuariam a lutar em favor do parlamentarismo. E espero em Deus, enquanto for homem público, votar e emprestar todo o meu apoio a essa causa. Saudó V. Ex^a entre aqueles que, real e sinceramente, converteram-se. V. Ex^a citou, também, o nosso colega — anteriormente adversário firme e, hoje, grande parlamentarista Professor Afonso Arinos. Também não poderia deixar de citar o grande Rui, mas, se V. Ex^a me permite, já que o nobre colega fez referência ao período monárquico, no Primeiro Reinado, quando D. Pedro I estava imbuído daquele espírito autoritário e, diria, "presidencialista", aquele espírito levou-o a abdicar, e fez também com que o Padre Feijó, Regente eleito renunciasse. Foi o nosso Imperador D. Pedro II o primeiro grande convertido, apesar da Carta Imperial ser, como já se disse, "superpresidencialista", dando ao Chefe de Estado, que também era o titular do Poder Moderador, autoridade para nomear e demitir Ministros, e, mais ainda, para dissolver a Câmara. Seu espírito público e idéias democráticas fizeram com que ele concordasse com a criação da Presidência do Conselho ou Gabinete, e são aquelas as práticas parlamentaristas que, hoje, queremos ver aperfeiçoadas, para a felicidade e o progresso da nossa Pátria. Hoje, mais do que nunca, precisamos do parlamentarismo. A nossa luta continua. Saudó V. Ex^a, dirijo-lhe nossas congratulações e espero que esta aula de um homem público, culto e honrado possa converter aqueles patriotas sinceros que ainda estão em dúvida sobre a adoção do parlamentarismo no nosso País! Muito obrigado.

O SR. LUIZ VIANA — Agradeço a V. Ex^a e, ao calor das palavras generosas em relação a mim, com que acaba de ilustrar o Senado, eu lembraria que V. Ex^a é, realmente, não um convertido, mas um velho parlamentarista, signatário de todas as emendas parlamentaristas que tramitam no Congresso Nacional, a partir de 1954. Grato a V. Ex^a

O Sr. João Menezes — V. Ex^a permite um aparte?

O SR. LUIZ VIANA — Pois não, com muito prazer.

O Sr. João Menezes — Eminente Senador, se o então Deputado Raul Pilla estivesse aqui estaria realmente exultando em ouvir V. Ex.^a pronunciar este discurso, que *havem de satisfazê-lo em todos os sentidos*. Ele certamente diria que não o laria melhor do que V. Ex.^a falou em Rui Barbosa. Realmente Rui Barbosa foi um homem que, no final de sua luta, passou a defender o regime parlamentarista por circunstâncias várias. Os Estados Unidos são hoje, talvez, o único bastião do presidencialismo puro, digamos assim, embora seja um presidencialismo "judiciário", como disse V. Ex.^a, mas é realmente um regime que dá ao mundo uma demonstração de liberdade, de respeito e sobretudo de soberania. Então, quase que a maioria dos países são parlamentaristas, mas nenhum é parlamentarista puro, quase todos os outros são países que encontram certa forma de parlamentarismo, formas para adaptar ao seu sistema de governo, forma para adaptar às circunstâncias em que o País vive. E V. Ex.^a como historiador e como homem público sabe disto. Não precisa estar aqui repetindo. Agora o que a mim me parece fundamental é que o regime parlamentarista é o regime baseado na existência dos partidos. Não pode existir parlamentarismo sem partidos fortes, porque os partidos são a base do parlamentarismo. Sem os partidos o parlamentarismo não tem curso. E então será uma barbúria! Os partidos são indispensáveis na vida de um regime parlamentarista puro. E são essas circunstâncias talvez, apesar de eu ter uma admiração pelo regime parlamentarista, que me fazem crer que no Brasil, na situação e condições atuais, nós não podemos, não devemos contar com o regime parlamentarista, por que ele não tenha o mesmo insucesso que teve na época do ex-Presidente João Goulart. E é essa a razão, eminente Senador e meu grande amigo Luiz Viana, que eu ainda acho que circunstancialmente continuo a defender um regime presidencialista em nosso País. Muito grato a V. Ex.^a

O SR. LUIZ VIANA — Eu tratarei desse problema dos partidos um pouco adiante. Mas devo dizer a V. Ex.^a que isso é uma velha história. Sempre que não se quer fazer alguma coisa se diz que o Brasil não comporta, que o Brasil não suporta. Eu até vim de uma época em que se dizia que o Brasil era incompatível com eleições livres, que realmente o "bico de pena" era o melhor para o País. Não sei se V. Ex.^a participou ou participa dessa opinião. Agora, pode estar certo de que os partidos virão. E que eles não vêm, justamente, pela opressão de que são vítimas, pelo caudilhismo republicano.

O Sr. Afonso Arinos — V. Ex.^a permite-me um aparte?

O Sr. Luiz Viana — Com muita honra.

O Sr. Afonso Arinos — Queria dizer a V. Ex.^a que gostaria de explicitar as minhas considerações talvez prematuramente, porque V. Ex.^a acaba de afirmar que vai se ocupar do assunto mais adiante, mas como, talvez, V. Ex.^a não mencione um ponto que a mim gostaria fosse mencionado, para, não contraditar, mas ajustar e esclarecer o nome Senador João Menezes, meu amigo pessoal, o seguinte: é que o parlamentarismo criou os partidos. Quando se lembra o famoso discurso de Bernardo Vasconcelos, em que diz: "Fui liberal,

então a liberdade era nova no País". Depois, ele diz, explicando as razões pelas quais ele evoluiu, no sentido político: "Hoje sou regressista." Estava aí configurado o esquema partidário do Império até aparecer o Partido Republicano: os liberais e os conservadores, que Bernardo Vasconcelos chamava de regressistas. E os partidos funcionaram no Império em função da existência do sistema parlamentar. Isso V. Ex.^a sabe, V. Ex.^a é um mestre em Ciência Política e história política.

O SR. LUIZ VIANA — Isso é bondade de V. Ex.^a!

O Sr. Afonso Arinos — Então, nós todos, que temos alguma experiência nessa matéria, sabemos disso. Mas o que nós esquecemos sempre é de que na República os partidos nunca funcionaram.

SR. LUIZ VIANA — Perfeitamente.

O Sr. Afonso Arinos — Na República tentaram fundar os partidos nacionais hoje a tendência é desfazer os partidos nacionais. O General Glicério, que foi grande articulador da República, nos seus primórdios...

O SR. LUIZ VIANA — General das 21 Brigadas.

O Sr. Afonso Arinos — General das 21 Brigadas, 21 Brigadas eram as Brigadas Estaduais que ele comandava e representava, então, os Executivos estaduais, procurando as vantagens eleitorais através de empregos e pressões. Esses é que foram os partidos da República. Mas Glicério não conseguiu fazer o Partido Republicano Federal. Sérgio Buarque de Holanda, meu amigo, tinha os autógrafos de Glicério nesta questão da formação do Partido Republicano Federal. Acredito que com o falecimento de Sérgio Buarque de Holanda, esses papéis tenham sido encaminhados à Universidade de Campinas, em São Paulo. Depois de Glicério, Pinheiro Machado, como V. Ex.^a lembrou muito bem, foi o maior líder civil da República, ele tentou fazer o Partido Republicano Conservador. Os meus colegas -- e esta é uma Casa que se chama Senado -- vão permitir ao Senador Afonso Arinos, verdadeiramente Senador pela sua idade, dizer que se lembra pessoalmente de Pinheiro Machado, principalmente na ocasião dos reconhecimentos de poderes. O meu pai era Líder da Bancada, no tempo do Governo Wenceslau, eu era menino; Pinheiro ia lá em casa pedir votos, para reconhecer fulano ou beltrano, daqueles que ele quisesse reconhecer. O Partido Republicano Conservador era apenas uma máquina estadual da prática da violência, nos Estados, para formar as Bancadas. A República nunca fez Partidos. O Partido Republicano Liberal, que o maior dos homens da política brasileira, que foi Rui Barbosa, tentou fazer, ele tem um Manifesto do Partido Republicano Liberal. A grande campanha dele foi a campanha de formação do Partido Republicano Liberal, a campanha civilista, ele unia fez o Partido Republicano Liberal. Os Partidos do Brasil republicano surgiram quando eles se tornaram internacionais, foi depois que, em 1922, se fundou, no Brasil, o Partido Comunista com toda sua ideologia importada. Fui amigo pessoal de uma grande figura, Astrogildo Pereira, fundador do Partido Comunista, um escritor ilustre, de mérito. Astrogildo Pereira tem uma história da fundação do Partido Comunista. Depois do Partido Comunista for-

mou-se contra o Partido Integralista: depois que os partidos radicais de esquerda e de direita se fundaram, no Brasil, é que começaram a aparecer os partidos nacionais da República. Esta e uma tese inexistente -- peço perdão ao nosso querido companheiro e meu pessoal amigo -- no Império o parlamentarismo fez os partidos, na República, até hoje, o que são os partidos da República? O grande partido da República está dividido em alas, o meu Partido está incerto, onde estão os outros partidos? Qual é a função dos partidos, neste momento, para atender a situação nacional criada em torno do Presidente José Sarney? E um erro de história e eu argumento que devemos realmente refutar no Senado -- dizer-se que o parlamentarismo seja necessariamente um regime que exija a formação de partidos, e que somos incapazes de formar partidos. É o contrário disso, no Império formamos os partidos e fizemos o parlamentarismo; na República não formamos os partidos e não fizemos o sistema republicano, porque no Brasil não se executou o sistema republicano. O sistema republicano e o dos Estados Unidos, por causa da existência da Suprema Corte, ele nunca existiu fora de lá; não existe na América Latina, não existe nos países árabes não existe na África e nem no Oriente. O sistema presidencial só existe nos Estados Unidos. Perdoe V. Ex.^a a minha emoção.

O SR. LUIZ VIANA — Agradeco muito a V. Ex.^a

O Sr. Afonso Arinos — Muito obrigado.

O SR. LUIZ VIANA — Realmente, V. Ex.^a ilustra o meu discurso e acrescentaria que o parlamentarismo é que tem feito os partidos no Brasil. Sob o presidencialismo, o caudilhismo republicano, porque essa e que é a verdade, o regime presidencial no Brasil só tem feito caudilhos que são inerentes ao regime, não as pessoas, é o regime que faz os caudilhos, não são os caudilhos que fazem o regime.

O Sr. Afonso Arinos — Muito obrigado.

O SR. LUIZ VIANA — Como último exemplo talvez mais eloquente, eu traria o atual Presidente, que conheço e acredito que relativamente bem -- como V. Ex.^a o conhece -- e que eu a figura inteiramente infensa por formação, por ideias, por educação, ao caudilhismo.

Entretanto, V. Ex.^a a toda hora ouve um Ministro do Presidente José Sarney, um Ministro que saiu das fileiras do PMDB, ou saiu das fileiras do PFL...

O Sr. João Menezes — Da UDN.

O SR. LUIZ VIANA -- ...dizer à Imprensa: Não tenho nada com o partido, sou Ministro do Presidente, tenho a ver e com o Presidente.

Ora, como é que os partidos podem-se manter, se solidificar, crescer, se os seus próprios membros, quando saem para o Ministério, procedem dessa maneira? O caminho normal de todo o regime parlamentarista é que, das Bancadas dos Partidos, saiam os Ministros, mas que a eles ficam presos, que deles fazem a política cujas ideias representam.

Ora, se isso não acontece, o partido fica no ar, deixa de ter qualquer participação ideológica, administrativa, política no poder. Então, ninguém vai ao Ministério porque é do PMDB, porque é do PFL ou de Partido qualquer, do PSB, não,

ele vai ao Ministério porque é amigo do Chefe do Governo — e aí é que se transforma, necessariamente, involuntariamente, num verdadeiro candidato.

O Sr. João Menezes — Eminente Senador Luiz Viana, eu fui citado e gostaria que V. Ex^a me honrasse concedendo um aparte.

O SR. LUIZ VIANA — Perfeitamente. Tem V. Ex^a a palavra, com prazer.

O Sr. João Menezes — Realmente, estamos tendo uma disputa entre duas grandes estrelas do parlamentarismo — V. Ex^a e o eminente amigo e professor — de quem sou grande admirador — o Senador Afonso Arinos. Aliás, o Senador Afonso Arinos, dentro das suas idéias, tem uma grande figura no regime presidencialista. Tem dado a sua colaboração, tem dado a sua inteligência, tem dado tudo o que pode a favor do nosso País. Isso, porém, não impede que ele tenha a sua idéia de parlamentarista, como V. Ex^a também. V. Ex^a também tem dado sua colaboração no regime presidencialista, tem tomado parte, mas isso não impede que V. Ex^a defenda também o regime presidencialista. Quanto aos Partido a que V. Ex^a se refere, não aceito a tese de V. Ex^a. No nosso entender, realmente, os Partidos são fundamentais no regime parlamentarista.

O SR. LUIZ VIANA — Não há dúvida, nobre Senador João Menezes. Ninguém contesta isso.

O Sr. João Menezes — Sem a existência dos Partidos o gabinete parlamentarista não se sustenta. O fato de V. Ex^a dizer que no regime parlamentarista não importa se vai procurar o Ministro porque não sabe se ele é do Partido a, b, c ou d, isso não é o caso, porque ele foi para o regime parlamentarista, ele foi representar a seu Partido naquele Governo, ele foi representar a sua idéia naquele Governo, e tanto que os regimes parlamentaristas que existem neste mundo são constituídos de um só Partido, de pessoas que vêm de fora, ou de representação dos diversos Partidos que compõem a gama constitucional de cada país. Então, eu continuo, embora respeitando e aceitando as lições do meu grande mestre, Senador Afonso Arinos, continuo a defender a minha tese que é a tese que existe pelo mundo afora, de que o regime parlamentarista é um regime de Partidos fortes; sem Partidos organizados não poderemos ter regime parlamentarista. Aqui no Brasil já tivemos — com o perdão de V. Ex^a — que, se não me engano, foi um dos grandes líderes, como o Senador Afonso Arinos, de um grande Partido que foi a União Democrática Nacional, mas também vi um Partido grande, que foi a grande universidade política deste País, que foi o Partido Social Democrático. Muito obrigado a V. Ex^a.

O Sr. Cid Sabóia de Carvalho — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. LUIZ VIANA — Com muita honra.

O Sr. Cid Sabóia de Carvalho — Estou ouvindo o discurso de V. Ex^a com muita atenção, como sempre o faço, e é claro que na tribuna estando um historiador, não poderia a fala de V. Ex^a deixar de conter os ensinamentos históricos. A presença do Senador Afonso Arinos é a presença da própria História...

O SR. LUIZ VIANA — Muito bem!

O Sr. Cid Sabóia de Carvalho — ...não apenas pelo seu depoimento, mas, acima de tudo, porque sua figura representa uma trajetória nesta República e, mais do que isso, o testemunho que S. Ex^a sempre dá de fatos aos quais pode aparecer pela graça de viver até a idade que ostenta, neste momento, para nossa felicidade, para felicidade do Congresso Nacional e, principalmente, da Assembléia Nacional Constituinte.

Para examinarmos o regime parlamentarista em confronto com o presidencialista, não precisaríamos da História. Bastaria, por certo, o conhecimento de ordem jurídica. Não diria que necessitaríamos nem dos conhecimentos sociológicos de um Fernando Henrique Cardoso. Bastaria o exame jurídico da questão, dos mecanismos, das instituições, do funcionamento dos Poderes, e aí chegaríamos à conclusão de que, neste tempo moderno, em que o Brasil cresce novamente, apesar de todas as crises, ninguém pode ter tanto poder como um Presidente da República. Não deve o poder, mesmo por força da República e da democracia, repousar tanto e tanto numa pessoa só, de tal sorte que a Nação fique à mercê de todos os defeitos do Presidente nela se refletirem, muito embora todas as virtudes devesse necessariamente também refletir-se na mentalidade do povo, na sua situação social, em tudo que diga respeito à nossa gente e ao País, a tudo que nos diga tão de perto. A análise de V. Ex^a é excelente, porque traz a História, traz fatos do passado para o presente, mostra o *evoluti dessa* idéia. Tudo fica muito claro. Não pensemos, no entanto, nobre Senador Luiz Viana, que apenas a História justifique o parlamentarismo; que necessariamente tenhamos que trazer de volta a figura impoluta e quase santa de D. Pedro II e recordarmos do tempo do Império. Porque é tão importante a figura de D. Pedro II que S. Ex^a chega à Constituinte, como chegou ontem, para se lembrar que aos 15 anos S. Ex^a já podia ser Imperador do Brasil e voltou através da palavra brilhante e emocional do Senador Afonso Arinos de Melo Franco. O Estado necessita de uma direção mais responsável, de uma direção mais diluída, uma direção que toque mais as pessoas. Que o talento dos homens possa ser mais aproveitado, que os mandatos populares possam ter um reflexo maior na administração; que passemos para uma época de pluralismo, uma época de abertura, de extensão do poder. E, isso é exatamente o parlamentarismo. Não houvesse a História, houvesse somente a possibilidade de um novo direito e já estaria justificado o parlamentarismo para que saíamos de todas as crises ou para que, pelo menos, não podendo sair delas, tenhamos um mecanismo capaz de administrá-las, absorvendo contexto de evolução, porque não conheço nenhum povo que tenha crescido sem suas crises. Todos os povos cresceram pelas crises, pelas revoluções, pelas grandes mudanças. E o Brasil está exatamente à espera dessa grande mudança que virá por certo da Assembléia Nacional Constituinte pela palavra de fogo dos jovens Parlamentares e pela fria experiência de pessoas como Luiz Viana, Afonso Arinos e tantas e tantas outras expressões, não somente de cultura e de prudência. Com isso, digo a V. Ex^a que o parlamentarismo é uma projeção da prudência ao lado de uma projeção do entusiasmo do Brasil jovem. Era isso que queria acrescentar a V. Ex^a.

O SR. LUIZ VIANA — Agradeço a V. Ex^a não apenas pela honra que dá de ilustrar o meu discurso com o seu aparte, mas também por ter realmente trazido mais um argumento novo, eloquente e que me parece incontestável sobre as vantagens do regime parlamentarista quando comparado com o presidencialismo.

Bem sei, Sr. Presidente, que mal ando invocando Rui Barbosa, que alguns dirão nada ter, nos dias de hoje, com a elaboração constitucional, para qual não se reclama haja alguém alisado os bancos de uma escola de direito, ou que possa sequer o modesto certificado de um curso primário. Tudo serve, contanto que seja para assegurar a nefasta ditadura do presidencialismo, e pela qual temos pago preço insuportável. Na realidade, o que não se quer é a implantação da democracia no Brasil. Basta que ela ameace algum privilégio, ou seja obstáculo ao arbitrio, ou à impunidade, e logo aparece alguém para proclamar que o Brasil não está preparado para a democracia e para a liberdade do parlamentarismo. O clima, o ambiente compatível como o Brasil de hoje — o Brasil que se orgulha de ser a última economia do mundo, que se orgulha de dominar todas as técnicas da energia nuclear — há de ser certamente o das senzalas, onde o chicote do feitor é o argumento definitivo e infalível. Haverá ainda quem nisso acredite sem logo ver que por detrás dessa falcia se movem interesses de toda sorte?

Nessa série de evocações com que desejo não somente esclarecer a nação sobre as vantagens e benemerências do parlamentarismo, creio dever lembrar o nome do grande Raul Pilla, figura singular da história política do Brasil. E, numa homenagem ao Parlamento, faço-o repetindo as palavras por ele proferidas ao se discutir uma emenda parlamentarista:

"Por muitos e fundamentais motivos se pode recomendar a reforma: uma há, porém, que diretamente nos diz respeito, na contínua decadência da nossa vida democrática, é o congresso quem mais tem caído no conceito popular. Explica-se, e talvez se justifique. O poder Judiciário está por sua própria natureza afastado da luta e do debate estritamente político. O Poder Executivo, que dispõe de todos os meios de ação, é o grande responsável pelo descabro nacional, mas a sua mesma potência até certo ponto o resguarda perante a opinião pública. O poder efetivo, o poder é ainda perante ela o mais forte dos argumentos. Inverteu-se o dito popular — manda quem pode. Hoje, a verdade é outra — pode quem manda. O Presidente da República manda muito e, por isto, pode tudo. E porque pode é poupado e respeitado. Assim recaem todas as culpas sobre o Legislativo, que é um poder desarmado, um poder que praticamente nada pode."

Estas são as palavras de Raul Pilla.

O Sr. Leite Chaves — Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. LUIZ VIANA — Pois não. Ouço, com muito prazer, o aparte de V. Ex^a.

O Sr. Leite Chaves — Nobre Senador, se não fosse a grande quantidade de causas que

nos leva ao convencimento da vitória do parlamentarismo, restaria esta: as melhores cabeças, as mais destacadas inteligências estão nessa luta e, aqui, posso citar três: V. Ex., o nobre Senador Afonso Arinos e o nobre Senador Nelson Carneiro. O parlamentarismo se justifica não só pelos fatos do passado, mas pelo futuro, pela realidade atual. Estou convencido de que é este o grande instante de uma instalação 'e na forma como o estamos elaborando na Constituinte. No meu regresso ao Senado, em março de 1987 elaborei aquela primeira proposta apresentada com a assinatura de 56 Srs. Senadores e 340 Deputados, não só no Congresso como na Constituinte. E constatamos uma singular diferença — aquelas vocações deslumbradas com o poder, por fatos de infância ou de frustrações, se deslumbravam, ainda, com o presidencialismo, mas aquelas que têm vocação caudillesca e que esperam exercer a qualquer nível o poder são refratárias ao parlamentarismo, porque nesse sistema não terão condições de sobreviver. Veja V. Ex. que está havendo um reboliço entre determinadas lideranças populares, porque em razão de parca qualificação não terão vez no regime do futuro. Quer dizer, são pessoas que prometem milagres, usam a magia, a ansiedade das massas, e, então, num regime superior como o parlamentarismo não terão qualificação para ser Presidente da República, porque não podem prometer estas coisas e nem convencer o País e não terão as qualidades técnicas e superiores de Primeiro-Ministro. Então, eles se vêem num pânico de serem marginalizados no futuro, pela consciência que têm de suas limitações. A não ser uma pequena vocação para fazer o malarbismo popular, não têm cultura, não têm qualificação para os estágios superiores da vida pública. E o País não se enganará mais com estes promotores de milagres e promotores do futuro. A Nação está politicamente amadurecida para este regime e o grande instante é este. Tenho certeza de que no momento em que esta Casa tomar consciência de que o presidencialismo falhou e não temos sequer nomes para conduzir, de forma melhor, este regime que perece, quer dizer, a grande alternativa será esta que V. Ex. defende hoje, a cuja causa tem entregue o seu nome, a sua honra, a sua qualificação de historiador e de grande político. V. Ex. é uma testemunha da realidade que passa e um arauto dos fatos passados históricos que merecem ser lembrados como bem o faz agora nesse seu discurso.

O SR. LUIZ VIANA — Muito grato a V. Ex. Continuo, Sr. Presidente.

São muitos os discursos e pareceres de Raul Pilla em favor do parlamentarismo, enriquecendo os nossos Anais. Antes porém de invocar outros passos do eminente representante do Rio Grande do Sul, peço licença para evocar episódio que testemunhei na Constituinte de 1946. Ao chegar o momento de se votar a emenda parlamentarista, foi ele chamado para emitir o seu voto. E, embora a maioria da Assembléia lhe fosse reconhecida a contrária, quantos se encontravam no Palácio Tiradentes puseram-se de pé, movidos por impulso incontido, para aplaudir calorosamente o bravo lutador, a quem o tempo e os erros de toda a ordem reiteradamente nos levaram a levantar, subleves, quarteladas e revoluções que acabaram por levar o Brasil a um longo período

de militarismo. Hoje, com a triste experiência dos anos recentes, estou certo de que esta Assembléia se colocará de pé não para aplaudir, mas para varrer com o seu voto o presidencialismo como alguma coisa que não exalta a nossa cultura política e esmaga a democracia brasileira.

Dentre os densos discursos que proferiu na Câmara dos Deputados, gostarei de lembrar o enunciado ao se votar a emenda parlamentarista, em 1965. Nele, depois de mostrar à sociedade a irresponsabilidade do presidencialismo, fonte de permanentes agitações e subversões, que contrastam com a tranqüilidade do segundo reinado, parlamentarista, dizia o eminente representante do Rio Grande: "A consequência natural de tais regimes é a revolução, o golpe de Estado, a ditadura franca, já que a rigidez do sistema dificilmente permite outra solução". De fato - e isso está na consciência de todos os Constituintes — ou abrimos as portas ao parlamentarismo, ou elas estarão inevitavelmente abertas às subleves de toda a ordem. Pela sua própria flexibilidade, o parlamentarismo jamais permite que a nação fique irremediavelmente dividida, pois uni-la está sempre à mão da maioria parlamentar. E nós não podemos manter a casa dividida, permanente apelo ao rompimento da ordem constitucional. Só o parlamentarismo permite a união que medra à sombra de um regime sob o qual não se desenvolve a prepotência dos governantes.

Para concluir a homenagem da minha admiração pelo eminente Sr. Raul Pilla, desejo lembrar estas palavras de amargura e esperança que proferiu em 1958: "Atentai nisto, Srs. Deputados — dizia o ilustre parlamentar — nada podemos fazer pela nação infeliz neste infeliz regime. O Congresso é uma sombra de poder, que nem sequer legisla, porque o grande legislador é o Presidente da República ou quem por detrás dele se move. Mas nada podendo fazer pela nação neste infeliz regime; por ela podemos fazer tudo, que é dando-lhe outro sistema de governo e restituí-la à posse de si mesma".

De Rui é esta objurgatória: "Ao governo pessoal do Imperador contra o qual tanto nos batemos sucedeu hoje o governo pessoal do Presidente da República, requintado num caráter incomparavelmente mais grave: governo pessoal de mandões, de chefes de Partido, governo absoluto, sem responsabilidade, arbitrário em toda a extensão desta palavra, negação completa de todas as idéias que pregamos o que nos vimos envolvidos na organização desse regime e que trabalhamos com tanta sinceridade para organizá-lo". Haverá retrato mais vivo, mais atual, do presidencialismo?

De Rui, foi com o presidencialismo que surgiu no Brasil a figura autoritária e quase onipotente do Presidente da República que, ao longo de quatro décadas, até a Revolução de 1930, mergulhou o País em verdadeiras ditaduras temporárias. Até porque — e bem o disse Rui, lembrado pelo Ministro Brossard — dos freios e contrapesos a que o regime parlamentar submete a coroa dos monarcas, a República presidencial exonerou a autoridade do Chefe do Poder Executivo. Seria a porta aberta para a irresponsabilidade. Irresponsabilidade diante da qual — e ainda Rui quem o diz — "Mais vale no governo a instabilidade que a irresponsabilidade".

É frequente, poderíamos dizer até uma constante, afirmarem os partidários do presiden-

lismo não estar o Brasil preparado para o parlamentarismo. E não estaria graças ao alto índice de analfabetismo, e à falta de partidos políticos solidamente estruturados. Quanto à primeira arguição, lembrei apenas que, em 1870, a Inglaterra, pátria do parlamentarismo, abrigava dois milhões de crianças que não recebiam qualquer instrução. E nem por isso deixou o parlamentarismo de ser o construtor da grandeza do Império britânico. E se há algum setor da vida nacional de que se deve envergonhar o presidencialismo — esse presidencialismo que há quase um século infelicitou o País — é justamente o da educação. Ninguém dirá ser o presidencialismo benéfico à educação no Brasil, do mesmo modo que é impossível arguir nossas deficiências educacionais como empecilho à implantação do regime parlamentarista, que, excetuados os Estados Unidos, éapanágio de todas as democracias ocidentais. Ou precisarei invocar a Inglaterra, a França, a Itália, a Bélgica, a Holanda, a Índia, a Austrália, a Espanha e Portugal? Nenhuma dessas grandes democracias imagina poder se organizar sob um regime presidencial. Balela não menor é a da inexistência de partidos políticos, fundamentais à boa prática parlamentar. Ai chegamos a um círculo vicioso pois, se de fato não temos sólidos partidos, isso acontece justamente por não ser o presidencialismo propício à organização e à sobrevivência de agremiações partidárias.

O que medra, cresce e floresce sob a presidencialismo é o caudilhismo. Dir-se-ia ser este inerente ao regime, de tal modo que mesmo os presidentes mais infensos ao caudilhismo não conseguem libertar-se dessa praga que se desenvolve vívida em torno da presidência. Para não irmos longe, basta nos voltarmos para o atual chefe do Estado. Dificilmente, por temperamento e por educação, haverá alguém menos inclinado ao caudilhismo. Mas isso não impede que os seus auxiliares, muitos dos seus ministros proclaiem a cada instante, em alto e bom som, que nada têm com os partidos aos quais são filiados. Fazem questão de lardear que para eles o presidente é o senhor de barão e cutelo, e a cuja voz estão prontos para se voltarem contra as próprias agremiações. O que conta exclusivamente é o caudilho, queira ou não queira. Ou estarei levantando uma falsidade contra auxiliares diretos do presidente? É fato corrente do dia-a-dia da vida política nacional declarar com vanglória um ministro que para ele existe unicamente o Presidente, que se vê assim, mesmo involuntariamente, transformado num caudilho, fonte de todo o poder, acima da lei ou até contra a lei. Nessas condições, como fortalecer-se os partidos políticos? Desde o início da República e o que temos visto: a impotência e o desaparecimento dos partidos, todos eles impossibilitados de existir graças à pressão dos governos que os desejam docéis, submissos, abúlicos, de cócoras diante do Poder Executivo.

Implantem o parlamentarismo e não custara, tal como ocorreu sob a monarquia, desenvolverem-se e firmarem-se os partidos, à cuja sombra se formarão os homens de Estado, representantes das suas idéias e dos seus correligionários.

A verdade é que no clima do presidencialismo não se torna possível o sistema em que a diferenciação entre o Executivo e o Legislativo seja assinalada pela colaboração. No presidencialismo o que realmente existe é a separação dos poderes

partido político, instrumento básico de representação na democracia pluralista, convive, sobrevive e fortalece-se no parlamentarismo e com o parlamentarismo. Mas uma coisa gostaria de apenas registrar: V. Ex^a falava de figuras gaúchas e citou, entre outros, João Neves da Fontoura, por quem tenho uma profunda admiração. Li, ainda recentemente, o "Acuso" de João Neves da Fontoura, onde ele dizia, ao mostrar as suas gestões entre Irapuitanzinho, Porto Alegre e Rio, nas antevésperas do Movimento de 32, que já sentia — no trecho de uma carta que fazia, com cópia a Borges de Medeiros, dirigida a Raul Pilla, naquele processo da Frente Única — que, mais do que a necessidade de um compromisso constitucional de efetiva implantação democrática, que os episódios logo depois da Revolução de 30 estavam, de certa forma, desmentindo, havia a necessidade de se pensar melhor sobre regime de governo. E dizia isso pedindo desculpas a Borges de Medeiros e mandando cópia a Raul Pilla, numa demonstração do que viria a acontecer depois, quando acabou por se converter e convencer do parlamentarismo. Isso me chama atenção sobre um fato. Temos visto muitas figuras luminárias transitarem nessa estrada que poderia ser de duas mãos, mas na verdade é de mão única, de uma admiração para outra, esses regimes. V. Ex^a citava Rui Barbosa e citava Afonso Arinos. Acho que, com isso, basta em matéria de demonstração da certeza do caminho, se não ficasse ainda mais brilhante esse rumo com a própria posição que V. Ex^a adotou no correr da História. V. Ex^a mostra que há um que caminhou em sentido contrário, que também é gaúcho, para mostrar que toda regra só se confirma quando há exceção, que o ex-Governador Leonel Brizola, de quem V. Ex^a citou uma declaração como parlamentarista convicto, fazendo praça, com o ímpeto que lhe é peculiar, da conveniência de implantação do sistema e que, agora, converteu-se ou, enfim, aderiu ao presidencialismo no bojo das circunstâncias e, talvez, em função de suas próprias aspirações...

O SR. LUIZ VIANA — Todo mundo tem a sua má hora.

O Sr. Carlos Chiarelli — É isso que apenas eu gostaria de ponderar nesta hora e dizer que me sinto muito feliz por poder ouvi-lo e por sentir que, nesta Casa, o Senado da República, onde se estabeleceram debates de tão alto nível, se caminha num sentimento, se não de unanimidade, porque esta não seria peculiar à democracia, mas num sentido amplamente majoritário, rumo à consagração daquilo que talvez seja a maior de todas as mudanças e o maior passo em termos da modernização...

O SR. LUIZ VIANA — Muito bem!

O Sr. Carlos Chiarelli — ...efetiva e da colocação do Brasil nos seus novos tempos em função de uma Constituinte, quem sabe até o que, por si só, justifique a Constituinte, independente de todas as mudanças, que será essa desejada, aspirada e, espero eu, que venha a ser concretizada, mudança de regime de governo.

O SR. LUIZ VIANA — Agradeço a V. Ex^a e fonia apenas um adendo dizendo que, desde 1950, até a extinção dos partidos, em 1965, eu também fui maragato, portanto, correligionário de V. Ex^a. Foi também, liderado de João Neves da Fontoura,

no tempo da UDN, quando era ele um dos mais brilhantes líderes que passaram pela Câmara dos Deputados. Agradeço a V. Ex^a essa valiosa contribuição e à qual eu faço um adendo que acho que é importante. É de tal maneira influente, e também inoportuna, a participação que o presidente da República se irroga na vida parlamentar, na vida da Câmara, na vida do Senado, que já temos visto, e talvez vejamos ainda, o Presidente querer a destituição de um Líder de Partido numa Câmara do Congresso, porque esse Líder não está atrelado ao palácio presidencial.

Ora, Sr. Presidente, não há demonstração mais inequívoca, mais inconveniente, mais aberrante do que essa, é o Presidente querer influir junto a uma bancada parlamentar para tirar um Líder, somente porque esse Líder não é do seu agrado ou do agrado dos seus Ministros.

Bastaria isto, Sr. Presidente, para vermos a face negra, a face má, a face que devemos repudiar do presidencialismo e, se Deus quiser, não terá vida longa no Brasil.

O Sr. Fernando Henrique Cardoso — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. LUIZ VIANA — Ouço, com prazer, o Senador Fernando Henrique Cardoso.

O Sr. Fernando Henrique Cardoso — Senador Luiz Viana, em primeiro lugar, eu gostaria de congratular-me com o Senado. Já de há algum tempo, os discursos que têm sido aqui proferidos, quase todos eles com referência ao que nós vamos decidir na Assembleia Nacional Constituinte, têm transformado as nossas sessões em sessões nas quais, além do aprendizado de muitos de nós, se possibilita, também, uma troca de experiências, de pontos de vista, e uma tentativa de convencimento, como é raro de se ver noutras oportunidades, noutras assembleias, neste País. Desde o discurso do Senador Afonso Arinos, que me motivou para que eu também fizesse um discurso aqui no Senado, passando pelo discurso do Senador Jarbas Passarinho, pelo discurso do Senador Nelson Carneiro e, agora, pelo discurso de V. Ex^a, nós temos tido sessões aqui no Senado que pena não pudessem ser realizadas na Constituinte. Pena não pudessem ser realizadas na Constituinte porque, aí, sim, seria possível, através da argumentação, tentar a mudança de pontos de vista, e não através de outros métodos, que dizem ser usados para convencer os Constituintes. Eu me congratulo, portanto, com o Senado e, em especial, com V. Ex^a, pela lição que nos dá esta manhã. Se me permite V. Ex^a, como muitos aqui deram um tom também quase de testemunho pessoal aos apertes que deram, quero dizer que sou um recém-converso. Externei ao Senador Afonso Arinos a minha disposição de mudança, e devo também dizer, aqui no Senado, que o Senador Afonso Arinos teria um papel decisivo neste processo de me convencer de outro ponto de vista.

O SR. LUIZ VIANA — É o São Paulo.

O Sr. Fernando Henrique Cardoso — Exatamente. Também estou tentando percorrer a estrada para Damasco, e espero que não me arrependa no meio do caminho, como outros fizeram. A mim me custou chegar à posição que hoje sustento. E os Senadores não de se recordar que

no mês de maio do ano passado eu dizia aqui no Senado que já estava predisposto a rever posições em função do que estava ocorrendo no País. A mim me custou por várias razões, entre as quais, porque diferentemente de muitos Srs. Senadores, venho de uma tradição familiar positivista, militarista e presidencialista. O meu avô, que foi marechal, que no tempo da República era alferes, chamava-se Ignácio Baptista Cardoso, e com o seu irmão, também General, Augusto Ignácio do Espírito Santo Cardoso, foram colegas do pai do Senador Afonso Arinos, em Goiás Velho, eram pessoas de formação positivista, discípulos de Benjamin Constant, do nosso Teodoro, e numa das fotografias em que se mostra a deposição do Imperador, há três pessoas que entregam uma carta, que é a carta de Banimento do Imperador, um deles é o meu avô, o outro é o General Bandeira, e o outro é o General Menna Barreto. De modo que venho desta tradição familiar, golpista, se posso dizer assim, e de profundas convicções presidencialistas, se bem que democráticas. Meu pai foi um democrata, foi Deputado pelo Partido Trabalhista por São Paulo, e profundamente democrata, já no fim da sua vida. A mim custava-me muito aceitar a argumentação que não fosse presidencialista. Desde menino, as figuras mencionadas hoje, com as quais não convivi porque sou de outra geração, mas me eram familiares. Até hoje, num dos meus gabinetes de trabalho, em São Paulo, tenho o retrato de Pinheiro Machado com a dedicatória a meu avô, que foi também ligado a Glicério, ao Partido Republicano Federal, que era militar e foi para São Paulo reorganizar a Força Pública para poder defender a República então implantada. Portanto, tinha todos os antecedentes que me levariam a estar na posição presidencialista. Entretanto, hoje, qualquer pessoa que acompanha os acontecimentos, que tem alguma formação cultural e, sobretudo, que tenha vivência política, não pode senão render-se à evidência de que está na hora de mudarmos nosso sistema de governo. É preciso dar um passo modernizador. O que aqui foi dito sobre o nosso Império, e recordo-me do nosso querido amigo — de V. Ex^a, Senador Afonso Arinos, e, de meu Professor Sérgio Buarque de Holanda, na sua obra magistral sobre o Império, na "História da Civilização Brasileira", em que mostra todo o jogo da vida político-partidária; ou, então, Joaquim Nabuco, no seu "Um Estadista do Império", em que se vê que, efetivamente, o parlamentarismo foi que permitiu a existência dos partidos. Partidos e parlamentarismo que, devo dizer, até certo ponto foram dificultados pela ação da política chamada "pessoal" do Imperador. O Imperador não era o que hoje se diz dele, aquela pessoa que pairava acima do bem e do mal. Ele interferia, e muito, e era duramente criticado pelos seus contemporâneos porque impedia ou tentava impedir o livre jogo das forças parlamentares. O poder moderador que é invenção, como se sabe, do outro Benjamin Constant, do francês, que foi aplicado aqui nunca funcionou perfeitamente bem, no caso brasileiro. Mas, não obstante, os partidos existiram porque havia o parlamentarismo. Não vou repetir aqui o que é absolutamente certo. Acredito que a proposta parlamentarista, hoje, inspirada por Nelson Carneiro, por Egídio Ferreira Lima, por Afonso Arinos, e por todos os ilustres companheiros da Constituinte, corrige as eventuais dis-

esteja apenas no Congresso, e impede, por outro lado, o renascimento de um poder moderador, que, mesmo quando no Império arranhava o funcionamento das instituições. Mas, hoje, temos uma proposta que é madura para o Brasil, e que não pode, nem de longe, ser comparada com a Emenda Presidencialista, feita às pressas, à última hora, que estava para ser votada, e que não é uma boa emenda — com o perdão do Presidente do Senado, Senador Humberto Lucena — foi uma emenda montada à última hora para confundir vários pontos de vista e obter apoios, mas que não tem consistência como a Emenda Presidencialista, nem como Emenda Presidencialista. Sr. Senador Luiz Viana, o último argumento que tem sido usado, não ouvi V. Ex.^a mencioná-lo mas, que seria um argumento contrário à instauração do parlamentarismo, acredito que também não procede. Trata-se da propalada falta de popularidade do regime parlamentarista. As últimas pesquisas, notadamente a publicada na semana passada pela **Folha de S. Paulo**, mostram que hoje, antes de um debate deste tipo, antes que a população saiba dos argumentos, já existe um empate de 39 a 38%, sendo que no Rio Grande do Sul, no Paraná, em São Paulo, Santa Catarina, não me recordo se em Minas, e em vários outros Estados, há uma nítida vantagem para o sistema parlamentarista. Não há mais esse argumento, como argumento que nos paralisaria. O corolário dele, porque não teríamos legitimidade para implantar o novo sistema, foi, ainda ontem, discutido pelo Senador Nelson Carneiro, a Constituinte tudo pode. Se, por prudência, desejar uma consulta, há uma emenda, uma proposta de consulta, que em 1992 ou 1993 — não estou bem certo — quando já se terá feito uma experiência, aí, sim, se poderá fazer com consciência, com conhecimento de causa, uma pergunta ao eleitorado, se ele está ou não de acordo com esse sistema, sem que haja manipulação para aprovação ou rejeição de um sistema, que não se conhece. Portanto, Senador Luiz Viana, mesmo esse argumento que é um argumento que apela ao povo, nem ele subsiste contra o parlamentarismo. V. Ex.^a, nesta manhã, nos ajudou a todos, a irmos no mesmo caminho, o caminho da mudança de sistema político. Quero dizer mais. O Senado sabe que perde algumas funções. Perde, talvez, poder, porque não será ele que tomará a decisão sobre os gabinetes. O fato de nós, Senadores, majoritariamente, estarmos apoiando esse sistema, mostra que o estamos fazendo sem nenhum interesse próprio. Não se trata de usurpar um poder de outro, como alguns alegam. Não há usurpação nenhuma. Ao contrário, estamos cedendo parte do nosso poder, em função do novo sistema, do sistema parlamentar. A Câmara vai ceder também, porque o mandato, embora tenha uma duração determinada, estará sujeito aos azares da luta parlamentar, e a Câmara poderá ser dissolvida. Não é certo que estejamos a usurpar poderes de um Presidente em benefício próprio. Estamos, sim, com consciência cívica, tratando de pensar no Brasil, preocupando-nos menos com o nosso próprio poder e com o poder de outrem, do que com o bom sistema de governo. V. Ex.^a tem o meu restrito apoio. Muito obrigado.

O SR. LUIZ VIANA — Agradeço muito o apoio que transmite no aparte tão brilhante. Quero

felicitar V. Ex.^a por ter sido tocado pelo raio de luz da conversão.

Sr. Presidente, já que V. Ex.^a me adverte, e o faz há algum tempo, vou procurar ser o mais breve possível.

E termino dizendo:

Ao escrever sobre o nosso panorama constitucional entre 1989 e 1934, deu-lhe o Sr. Ernesto Hambloch, inglês que vivera e trabalhara longamente no Brasil, o Título de "Sua Majestade o Presidente do Brasil". Antecedeu-se assim a Arthur Schlesinger, que ao tratar do sistema norte-americano chamou-o "The Imperial Presidency". É que mesmo nos Estados Unidos onde têm sido, por uma série de fatores culturais, atenuados os males do presidencialismo, a figura do presidente frequentemente se sobrepõe ao Congresso. E ao prefaciar o trabalho de Hambloch, escreve o ilustre historiador José Honório Rodrigues — "O parlamentarismo oferece várias opções constitucionais às crises políticas, queda de gabinete, organização de outro, dissolução da Câmara, novas eleições, portanto, nova consulta popular, enquanto o presidencialismo é um cheque em branco: se o equívoco é cometido, como o foi, por exemplo, com a eleição popular de Jânio Quadros, os remédios não remediavam." Daí as revoltas, golpes militares, agitações.

Não foram poucos, aliás, os que desde os primórdios da República vaticinaram os males que a acompanhariam.

Dentre estes é de ressaltar Sílvio Romero, que já em 1893, nas conhecidas cartas dirigidas a Rui Barbosa, antecipava-se nesta previsão: "o sistema presidencial, por uma péssima compreensão da divisão dos poderes constitucionais, não tem a maleabilidade indispensável no jogo político da vida democrática moderna, e converte-se em um viveiro de revoluções". Quase cem anos passaram e a observação de Sílvio Romero se mostra cada vez mais verdadeira ao longo de um caminho, que leva, inevitavelmente, ao caudilhismo.

Infelizmente, o tempo e a experiência em nada contribuem para uma prática capaz de corrigir os males do presidencialismo. Ainda agora, em plena nova República, a imagem é sempre a mesma — ou o Legislativo se submete ao Executivo, abandonando o papel que lhe cabe na vida das instituições, ou logo surge alguém para clamar, porque o presidente se atira contra o Legislativo. Raramente deixa de haver um chalçaça para contaminar a corte. Ou um Gregório para pôr à mostra um mar de lama. Lembro e repito aqui as cruas observações do eminente Senador Jarbas Passarinho, cujas palavras são o melhor testemunho dos males do presidencialismo e para quem a conflito entre o Executivo e o Legislativo representa "Uma realidade concreta, na qual sobressai o quadro de um presidente sitiado por lideranças políticas poderosas", e diante das quais o presidente não perde tempo para declarar ameaçadoramente: "Estão querendo tocar fogo no nosso Brasil." E conclui o Senador Passarinho: "Parece instalada a escalada do conflito entre os dois Poderes, ó que nos faz lembrar o primeiro Império, com a fatal disputa entre D. Pedro I e a Constituinte".

Desgraçadamente, Sr. Presidente, enquanto existir o presidencialismo, e em torno dele, como inevitável, os áulicos, os bufões, os violentos e até os corruptos, que mesmo os melhores governos têm dificuldade em identificar, o Brasil não

se libertará desse trágico drama do caudilhismo, que é necessário extirpar, embora saibamos do que ele é capaz no curso de uma agonia. Nem por outro motivo, ao prosseguir há pouco, na sua préica parlamentarista, dizia o Senador Afonso Arinos: "Nós temos que procurar os caminhos claros para firmar o que queremos. Temos que ganhar esta questão; nós temos que transformar esta Assembleia Nacional Constituinte, com todos os pesos que parecem recair sobre seus ombros, na única que fez a maior mudança na História do Brasil, desde que ele existe com independência."

Este caminho é o do Governo Parlamentar; este caminho é o da emenda parlamentar. Queridos companheiros, patrióticos, amigos, coragem, desafio, marcha, vamos vencer, vamos implantar o parlamentarismo no Brasil!"

E o nosso grande aliado, o maior de todas nessa campanha pelo parlamentarismo é o atual governo, imagem fiel do presidencialismo, com tudo que lhe é inerente e independe dos próprios governantes, que, sem por vezes os agravam, deles jamais se libertam. Sobretudo, quando abdicam do único traço capaz de justificá-lo — a autoridade autêntica e indivisa do chefe do governo. É costume repetir-se que o estilo é o homem; e daí a surpresa causada por um estilo que não é e jamais foi o do presidente José Sarney, que abandonou a simpática e proverbial tolerância para se valer de um perfil de ameaças, que toda a Nação sabe pertencer aos áulicos, mancha irremovível do poder. Façamos votos para que o presidente, livre da lama dos corruptos e dos violentos que buscam se salvar desesperadamente, volte a ser o que sempre foi, ajudando o Brasil pelo exemplo de compreensão, de tolerância e de submissão à lei. A bravata não semeia a grandeza, mas fomenta a cizânia, que enfraquece ainda mais a casa dividida.

É hora, Sr. Presidente, de todos nós, inclusive os que ainda não buscaram a estrada de Damasco, compreendermos que à democracia e à liberdade somente resta o parlamentarismo.

Sr. Presidente, vindas do fundo do coração, como se fora uma prece, direi apenas três palavras — Deus ajude o Brasil. (Muito bem! Palmas. O orador é cumprimentado).

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — Concedo a palavra ao nobre Senador Carlos Alberto, que falará pela Liderança do PTB.

O SR. CARLOS ALBERTO (PTB — RN. Como Líder, pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, nobres Srs. Senadores:

Difícil para mim ocupar a tribuna do Senado, depois de ouvir o brilhante Senador Luiz Viana, por um período de duas horas e vinte minutos.

Sr. Presidente, Srs. Senadores:

A difícil e preocupante conjuntura nacional mereceu, nas últimas semanas, brilhantes análises por parte de duas eminentes lideranças desta Casa. O Líder do PMDB, no Senado, Senador Fernando Henrique Cardoso, falou-nos da "Crise e as opções nacionais" quando traçou um itinerário do que chamou de "retorno à governabilidade".

O Senador Jarbas Passarinho, Presidente do PDS, abordou, por sua vez, as ameaças que rondam o poder civil, buscando exorcizar os fantasmas do retrocesso, que têm sido invocados com

frequência inquietante, dentro e fora do Congresso Nacional.

Na qualidade de Senador e Líder do PTB nesta Casa, Sr. Presidente, Srs. Senadores, venho dar minha modesta contribuição a este debate que julgo fundamental para que encontremos, dentro de padrões de civilidade e bom senso, saídas para a crise nacional.

É certo, Sr. Presidente que o País vive hoje um dos instantes mais dramáticos de sua história. Nem por isso, devemos imaginar que o desafio é superior a nossa capacidade de enfrentá-lo. Não é.

Mais que nunca, nós, políticos, devemos buscar, por cima dos interesses circunstanciais e das idiossincrasias, pontos de convergência.

Para tanto, Sr. Presidente e Srs. Senadores, bastam dois fatores: bom senso e vontade política, sendo que o primeiro, inevitavelmente, levará ao segundo.

Estou de acordo, no essencial, com os termos do "itinerário rumo à governabilidade", traçado pelo Senador Fernando Henrique Cardoso. Usaria, porém, discordar num aspecto: a exclusão do atual Governo desse roteiro. Diz o Líder do PMDB que o "Governo deve ficar à margem", pois não teria sequer "pulso para cerrar".

Discordo: sem o Governo, não haverá itinerário algum — a não ser rumo ao confronto.

A proposta do Senador — Fernando Henrique Cardoso resume-se em Constituição já e sucessão presidencial a seguir.

Nada a obstar.

Há, aí, no entanto, prazos e cronogramas que não podem ser ignorados e merecem avaliação mais detalhada. O Líder do PMDB sugere que não há maiores obstáculos em concluir a Constituição (ainda que isso ocorra em junho ou julho) e operacionalizar eleições presidenciais em 15 de novembro.

É possível — e provável mesmo — que, em termos práticos, não haja problemas. O Tribunal Superior Eleitoral baixaria normas, regulando o pleito e, no prazo de umas duas semanas a campanha eleitoral estaria nas ruas deste País.

Não é essa, porém, a questão.

O processo de implantação da nova ordem constitucional não se esgota com a promulgação da nova Carta Magna. Ao contrário, apenas se inicia. A Constituinte e a primeira etapa desse processo, que prevê ainda a elaboração de vasta legislação complementar (já que grande parte da Nova Carta, incluindo alguns dispositivos trabalhistas, não será auto-aplicável) e compatibilização de toda a legislação ordinária à nova ordem constitucional.

O Sr. Nelson Carneiro — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. CARLOS ALBERTO — Pois não. Ouço, com muito prazer, o aparte de V. Ex^a, nobre Senador Nelson Carneiro.

O Sr. Nelson Carneiro — Nobre Senador, V. Ex^a focaliza um tema que tem sido objeto de muitas referências. Mas, se V. Ex^a se lembrar que a Constituição de 1946 e, depois, a de 1967, já a última mandava no seu art. 45 que os atos do Governo pudessem ser objeto de fiscalização, dependendo de uma lei complementar, e que essa lei durou mais de cinco ou seis anos para ser feita, imagine V. Ex^a que, para elegermos o

novo Presidente da República, tivémos que esperar que o Congresso vote todas as leis complementares e ordinárias que estão sendo determinadas pelo novo Texto. Então, nós não faremos eleição em 1988, nem em 1989 e nenhum em 1990 porque, até lá — e V. Ex^a é moço e poderá, na sua juventude, constatar isto, talvez eu já não possa — mas V. Ex^a verificará que, três ou quatro anos depois de promulgada a Constituição, não se terão votadas todas as leis complementares por ela determinadas. De modo que, se nós formos esperar pelas leis complementares, nós iremos prolongar o mandato presidencial por mais quatro ou oito anos.

O SR. CARLOS ALBERTO — Mas, nobre Senador Nelson Carneiro, fazer, também, uma eleição presidencial sem as leis complementares? Como vamos poder fazer?

O Sr. Nelson Carneiro — Claro, não vamos esperar pelas leis. Vamos fazer a eleição.

O SR. CARLOS ALBERTO — E é isto que eu digo, nobre Senador, e, no âmbito dos Estados, as Assembléias Legislativas terão que rescrever as Constituições estaduais, adequando-as à Constituição Federal. E, a seguir, terão que compatibilizar toda a legislação ordinária e complementar estadual à Nova Carta.

Tudo isto, obviamente, terá que ser feito sem interrupção, sem perda de tempo, sob pena de o País mergulhar em anarquia, por absoluta defasagem de seu arcabouço jurídico.

O Sr. Nelson Carneiro — V. Ex^a me permite ainda um aparte neste ponto dos Estados?

Os Estados elaborarão nos seis meses. Isto não impedirá, por exemplo, que os Estados se dediquem às eleições municipais. Não vai impedir que as Assembléias Legislativas — que vão ter a incumbência de adaptar à Constituição Federal as Constituições estaduais — se dediquem a esse trabalho, ao mesmo tempo em que estarão tratando da eleição municipal que, sabe V. Ex^a, para o Estado, para o Município, é aquela que mais convoca a atenção e o interesse dos municípios.

O SR. CARLOS ALBERTO — Mas, Senador Nelson Carneiro, se hoje nós estamos aqui, aí, com a Constituinte, com o jogo dos interesses de grupos, como fazer uma Constituição no Estado, com eleições presidenciais, onde todos os Parlamentares estão envolvidos com as eleições? Como se fazer? Quer fazer uma Constituinte...

O Sr. Rachid Saldanha Derzi — As Assembléias têm seis meses apenas e ainda vamos para uma campanha eleitoral?

O SR. CARLOS ALBERTO — E as Assembléias têm seis meses.

O Sr. Nelson Carneiro — Argumento de V. Ex^a levam a uma conclusão; então vamos adiar as eleições municipais, porque as eleições municipais interessam muito aos Deputados estaduais do que a eleição federal.

O SR. CARLOS ALBERTO — Mas, as eleições podem ser efetivadas com a lei que hoje rege a Nação.

O Sr. Nelson Carneiro — Enquanto as assembléias estão dedicadas ao trabalho de elaboração? V. Ex^a é contraditório, porque, enquanto

elas estão preocupadas em elaborar a nova Constituição, que V. Ex^a acha que é tão importante, porque vai evitar que se pense no problema nacional, eles têm que pensar no problema municipal. Então, vejamos V. Ex^a: V. Ex^a vai interessar-se pela eleição municipal dos municípios onde tem influência com muito mais dedicação, com muito mais presença do que a eleição presidencial, que é uma eleição geral. Portanto, se V. Ex^a não acha possível eleições em 1988, por esse argumento, V. Ex^a há de concluir que também as eleições municipais não devem ser realizadas por esse mesmo argumento. Agora, aceitar as eleições municipais e achar que não é possível realizar, por isso mesmo, as eleições presidenciais, neste caso, V. Ex^a me permita, há uma contradição.

O SR. CARLOS ALBERTO — Não, Ex^a, as eleições municipais estão definidas.

O Sr. Nelson Carneiro — Que mal há nisso? Então, V. Ex^a é daqueles que acham que a eleição presidencial vai causar uma comoção nacional, que a eleição que é o mal. Como li, outro dia: por que em 1988? Vamos fazer em 1989. Acontecerá o seguinte: não se quer comover a Nação, não se quer subverter a ordem política natural, normal em 1988 e em 1990; vamos subvertê-la em 1988, 1989 e 1990. O Brasil não aceita um choque político em 1988 e um choque político em 1990. Mas poderá aceitar um choque político em 1988, um choque político 1989 e um choque político em 1990. Evidentemente, isto não é lógico, não está de acordo com aquilo que é racional. Permita-me com a maior admiração a V. Ex^a.

O Sr. Rachid Saldanha Derzi — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. CARLOS ALBERTO — Pois não.

O Sr. Rachid Saldanha Derzi — Contrariando o nobre Senador Nelson Carneiro, acho que as eleições municipais devem ser também adiadas para o próximo ano. Este é o meu ponto de vista. Sempre advoguei isto. Advogo que devam ser adiadas também.

O Sr. Nelson Carneiro — Esta é a posição do Governo? V. Ex^a fala como Líder do Governo?

O Sr. Rachid Saldanha Derzi — Não. É a minha posição. Falo como Senador. E, antes de ser Líder do Governo aqui, nesta Casa, já advogava o adiamento das eleições municipais. É um ponto de vista pessoal meu, não é do Governo. Advogo e votarei se houver um projeto ou emenda.

O Sr. Nelson Carneiro — Com esse argumento, eu me rendo.

O SR. CARLOS ALBERTO — Mas, Senador Nelson Carneiro, não é o meu argumento. É o argumento do nobre Senador Rachid Saldanha Derzi. Ele advoga a prorrogação das eleições municipais. Não estou aqui advogando a prorrogação das eleições municipais. Não é definitivamente matéria adível, Sr. Presidente, Srs. Senadores. Então aí, por exemplo, as inovações de natureza trabalhista, inserida na nova Carta, a exigirem revisão da CLT. E, se aprovamos a mudança para o regime parlamentarista? Como vamos ficar? Como adequar o País, sua máquina administrativa, sua Legislação Ordinária, suas instituições, enfim,